

**O presente das relações sino-brasileiras:
Avaliação do pensamento estratégico**

Ricardo dos Santos Poletto

A festejada visita de Hu Jintao ao Brasil em novembro de 2004 assinalou uma promissora parceria que se desenhava na agenda dos dois países, pautadas por acordos comerciais, promessas de investimento e de sincronismo político. Os formuladores da política externa podiam se antecipar aos benefícios do que se apelidou de “parceria estratégica”. O tema do crescimento econômico permeou as negociações que levariam a uma maior aproximação. Nesse sentido, ambos os lados colocaram suas ofertas na mesa com perspectivas de ampliar suas oportunidades internacionais no longo prazo. O Brasil, seguido por Chile e Argentina, reconheceu a China como “economia de mercado”, cujos prospectos de impactos sobre setores tradicionais da economia geraram alarme entre faixas significativas do empresariado. Muito alardeada, porém com um desfecho que dispensa comentários, figurava a conquista da simpatia chinesa à candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O significado do reconhecimento bilateral da “economia de mercado” chinesa já foi objeto de intenso escrutínio à época de seu anúncio. O tema merece rediscussão na medida em que permite avaliar em perspectiva os efeitos da decisão, eminentemente mais política que econômica, sobre o mercado brasileiro. Com esse espírito crítico, o Brasil poderá reformular sua estratégia de atuação com seu mais cobiçado parceiro. Com efeito, as linhas gerais devem se manter: alimentar o crescimento industrial chinês com o provimento de matéria-prima. Como segundo movimento, resultado direto de um sucesso alcançado no primeiro objetivo, está o estímulo para que investimentos chineses cubram o Brasil com vistas à eficiência da infra-estrutura e à conseqüente queda de preço de produtos essenciais para manutenção do crescimento.

Não há dúvidas que a China não perdeu sua condição de parceira preferencial e alvo de peso da política externa, mas a euforia gerada há dois anos se desmanchou com o tempo, com os fatos, e com os números. A crítica que ressoa sobre os acordos assinados nas visitas de Estado e Pequim e a Brasília é a de que o Brasil abriu mão de seu poder de proteção de mercado sem ter um retorno líquido em contrapartida por parte dos chineses além de promessas e boas intenções. O recurso (ou ameaça) do uso de salvaguardas está na pauta dos temas sensíveis, bem como as pressões chinesas pelo controle da flutuação dos preços das *commodities* brasileiras; ameaças de retaliação, contudo, nesse contexto, são motivo de aguda preocupação. Em virtude da evidente - mas pouco mencionada - assimetria, trata-se de uma relação que pede cautela por parte brasileira. Além disso, os chineses merecem

atenção especial quando sentados na mesa de negócios, não bastassem as imbricações com o onipresente aparato estatal. De qualquer maneira, o governo brasileiro não pode se furtar do difícil exercício de identificar e minimizar os efeitos negativos do relacionamento, que devem ser reconhecidos ao invés de obliterados.

Cada passo do dragão no mercado mundial pode provocar terremotos com implicações diretas na economia mundial. Antever e antecipar os movimentos desse gigante pode representar uma alavanca para o crescimento. Por exemplo, o tópico do comportamento dos preços internacionais em resposta a voracidade chinesa é crucial para qualquer aprendiz estrategista. O preço do barril do petróleo reflete bem a lógica, uma vez que a China respondeu em 2004 por 35% do aumento da demanda. Dessa feita, o movimento estratégico brasileiro em direção ao etanol como solução energética segue uma boa cartilha. Da mesma maneira, o preço do minério de ferro, que teve aumento significativo nos últimos anos, coloca a Vale do Rio Doce em posição privilegiada, uma vez que o ritmo do consumo chinês não dá sinais de arrefecimento. Há que se mencionar ainda o promissor mercado de aviação e a instalação de uma *joint venture* da Embraer na China. Entretanto, nesse caso, os resultados ficam ainda aquém das expectativas.

Em notável contraponto, outro discurso recorrente é o de que o Brasil se encontra atado à negativa tendência de especialização em produtos primários. Se, por um lado, os lucros da balança comercial enchem os olhos, por outro, do ponto de vista dos termos de troca, o país perde espaço na exportação de produtos de valor agregado, como no caso da exportação de soja beneficiada que se transformou em exportação de soja em grãos, já que hoje a China detém a tecnologia do beneficiamento e pode importa a matéria-prima mais barata.

Vale comentar também o promissor salto brasileiro em termos de tecnologia espacial. Nesse aspecto, os benefícios para o Brasil são inequívocos. Infelizmente, a questão do avanço tecnológico não se faz tão evidente a ponto de ser colocado na balança do julgamento das conversações sino-brasileiras. Contudo, para uma efetiva avaliação da parceria em construção, há que se fazer justiça as potencialidades dos acordos complementares sobre o desenvolvimento e lançamento de satélites.

A princípio, alguns analistas podem atestar que as negociações com a China fracassaram e isso poderia ser visto no reconhecimento tácito dos próprios formuladores da política externa que passaram a privilegiar relações com África do Sul e Índia. Não obstante, o discurso da “complementaridade econômica” que deu fôlego as negociações ainda resiste e, de fato, possui seu fundamento. As lições dos episódios, números, desafios e oportunidades nesses últimos dois anos apontam para um necessário “choque de realismo” na política externa brasileira, pelo menos no que tange as relações com a China. Com a bússola ajustada, o Brasil pode ter certeza de que saberá aproveitar as grandes oportunidades que, certamente, a China ainda lhe reserva.